

Campos e Delfim conseguiram

MARIA APARECIDA DAMASCO

A ameaça de uma forte recessão pesa há vários anos sobre a cabeça de empresários e trabalhadores. Não há economista que resista a uma previsão de recessão iminente, seja como instrumento para conter o avanço dos preços, seja como consequência da própria aceleração da inflação. A concretização dessa ameaça, contudo, é sucessivamente adiada. Nas três últimas décadas, o governo só conseguiu armar a recessão por duas vezes.

A dobradinha Roberto Campos-Octávio Gouvêa de Bulhões impôs um duro programa de saneamento da economia no governo Castelo Branco (1964-67), combinando arrocho fiscal, monetário e salarial. O Produto Interno Bruto (PIB) até que cresceu: mais de 2,5% ao ano, em 1964-65. Mas a crise real foi mais profunda do que mostram os números e a quebra de empresas foi generalizada. Delfim Netto chegou

ao governo Figueiredo, em março de 1979, no Ministério da Agricultura, alardeando a retomada do crescimento. Poucos meses depois, já no Planejamento, acabou se rendendo à crise internacional e recorreu a um forte aperto nos salários e no crédito. O resultado dessa ação foi uma queda de 4,4% no PIB, em 1981.

Mesmo o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, com todas as suas convicções monetaristas, não conseguiu frear como queria o crescimento do País. O máximo que conseguiu foi segurar a expansão do PIB em 4,9%, nos anos de 1977 e 1978.

Tratamento inadequado, ou pelo menos incompleto, é uma das causas do insucesso das políticas repressivas. Os formuladores de política econômica quase nunca conseguem aplicar as medidas que consideram ideais para o caso brasileiro, principalmente por pressões de vários setores da sociedade. Os subsídios e incentivos fiscais, por exemplo, foram

"extintos" inúmeras vezes e, como num passe de mágica, reapareceram nos orçamentos seguintes.

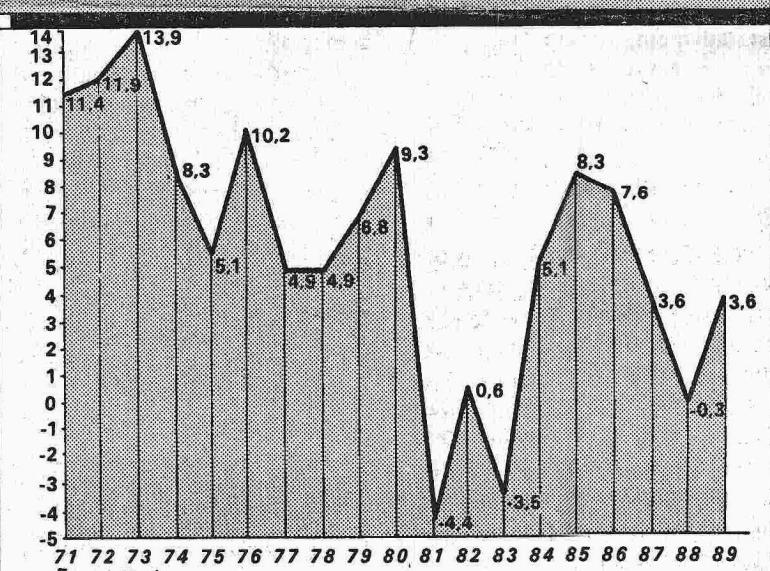
"É muito difícil enfrentar os interesses organizados da sociedade", reconhece Luciano Coutinho, presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo. "O governo diz que agora vai fazer uma recessão, mas pode ocorrer um repeteco do segundo semestre de 1989", arrisca ele. "A incerteza quanto ao comportamento da inflação pode provocar uma corrida às compras e, em consequência, um espasmo de crescimento."

O bloqueio e o desbloqueio de cruzados, depois do Plano Collor, fazem parte de outra história na mesma linha. Nos primeiros dias do Plano, a impressão geral era de que a economia caminhava não para uma recessão — mas para uma depressão. Porém, com a ajuda das torneiras abertas pelo Ministério da Economia para socorrer os setores mais sacrificados, a conversão de cruzados em cruzeiros atingiu, no final de maio, Cr\$ 3,2 trilhões. O destino de boa parte desse dinheiro, para desgosto da equipe econômica do governo Collor, não tem sido o mercado financeiro, mas as caixas de lojas e supermercados.

As medidas econômicas nem sempre produzem os efeitos especificados nos manuais. No final do governo Sarney, a política de juros altos parecia ao ex-ministro Mailson da Nóbrega um dos únicos instrumentos disponíveis para conter o consumo e, por tabela, os preços. Ao contrário de todas as expectativas, as pessoas passaram a torrar os rendimentos das aplicações financeiras na compra dos mais variados artigos. À recessão, mais uma vez, não aconteceu e a inflação ganhou novo impulso.

O ritmo da produção

Variação anual do Produto Interno Bruto (PIB), em %



Fonte: IBGE